

Diário do Legislativo de 08/04/2003

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PFL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PPB

3º-Secretário: Deputado Pastor George - PL

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - Reunião de Comissão

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Mesa da Assembléia

3.3 - Comissões

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATA

ATA DA 3ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Saúde, em 27/3/2003

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Fahim Sawan, Chico Simões, Doutor Viana, João Bittar e Neider Moreira, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, a Deputada Vanessa Lucas. Havendo número regimental, o Deputado Fahim Sawan, no exercício da Presidência, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado João Bittar, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência procede à leitura de ofício do Presidente do Conselho Regional de Psicologia - 4ª Região-MG -, por meio do qual encaminha documento em que repudia o grave retrocesso ocorrido na implantação da reforma psiquiátrica no Município de Barbacena. Neste momento, a Presidência suspende a reunião para votação em Plenário. Reabertos os trabalhos, comparecem os Deputados Fahim Sawan, Marília Campos, Chico Simões, Neider Moreira e Vanessa Lucas. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado, em turno único, o Requerimento nº 208/2003. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos: da Deputada Marília Campos, em que solicita sejam ouvidos na Comissão representantes da área de saúde pública do Município de Contagem; da Deputada Marília Campos, com a Emenda nº 1, do Deputado Chico Simões, em que solicita seja realizada audiência pública com autoridades estaduais e entidades da sociedade civil, para discutir o atendimento ao público nas instituições de saúde do Município de Contagem; do Deputado Chico Simões, em que solicita seja convidado o Secretário da Saúde para esclarecer a situação epidemiológica do Estado; do Deputado Chico Simões, em que solicita sejam pedidas ao Secretário da Saúde informações sobre o Programa de Saúde da Família -PSF-, sobre as condições atuais de aquisição dos medicamentos especiais e sobre a forma atual de financiamento do programa DST/AIDS; do Deputado Neider Moreira, em que solicita informações relativas à regularização do pagamento dos prestadores de serviços médicos de alta complexidade; da Deputada Vanessa Lucas, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir a questão da saúde pública no Município de Contagem. A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir os convidados que discorrerão sobre a questão da saúde pública no Município de Contagem. Registra-se a presença dos Srs. Letícia da Penha, Kawpeter Prates, Nilton Silva, Carlos Magno Júnior, Vereadores à Câmara Municipal de Contagem, Nicodemos de Arimathéia Silva, representando o Sindicato dos Médicos; Tânia Maria Gonçalves Mendes, Diretora do Sindicato de Saúde de Contagem, e Célia Regina Marques, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra à Deputada Marília Campos, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e convidados, convida os membros da Comissão para a visita ao Hospital São Francisco, dia 2/4/2003, quarta-feira, às 9h30min, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 20ª reunião ordinária, em 8/4/2003

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Requerimento nº 36/2003, do Deputado Leonardo Quintão, em que solicita informações ao Secretário da Fazenda acerca do montante pecuniário repassado no ano de 2002 ao Fundo Nacional de Segurança e Educação no trânsito, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 100/2003, do Deputado Adalclever Lopes, em que pede informações ao Chefe de Polícia Civil do Estado sobre o não-cumprimento do disposto no art. 110 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado, que extingue, na estrutura da Polícia Civil, o cargo de carcereiro. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 155/2003, do Deputado Chico Simões, solicitando ao Secretário da Saúde esclarecimentos sobre os motivos que têm levado o referido órgão a atrasar os pagamentos do SUS aos hospitais credenciados. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.430, que torna obrigatória a adoção de medidas de segurança contra o furto e a troca de recém-nascidos em maternidades públicas estaduais e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.470, que acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 12.925, de 30/6/98, que dispõe sobre a concessão de benefícios de assistência social no Estado e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.472, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.493, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tocantins o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.494, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tocantins o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.500, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Virgíópolis o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.501, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Abaeté o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei Complementar nº 72, que acrescenta parágrafos ao art. 108 da Lei nº 869, de 5/7/52, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Gil Pereira opinou pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.471, que cria cargos na estrutura orgânica das Secretarias dos Tribunais de Alçada e de Justiça Militar do Estado e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.521, que acrescenta o § 5º ao art. 1º da Lei nº 13.694, de 1º/9/2000, que autoriza a negociação do valor das parcelas remuneratórias dos servidores a que se refere a Lei nº 10.470, de 15/4/91. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 309/2003, da Mesa da Assembléia, que altera a Resolução nº 5.176, de 6/11/97, que contém o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 306/2003, da Mesa da Assembléia, que dispõe sobre a remuneração do Governador do Estado, do Vice-Governador, de Secretário de Estado e de Secretário Adjunto de Estado. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 14h30min do dia 8/4/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 279/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 325/2003, do Deputado Doutor Viana; 328/2003, do Deputado Leonardo Quintão; 348/2003, do Deputado Dimas Fabiano; 362/2003, da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia; 363/2003, da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte.

Finalidade: obter esclarecimentos sobre a situação atual dos contratos entre a CEMIG e a empresa Norte-Americana AES, e a dívida da AES com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 5ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 14h30min do dia 8/4/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 28 e 33/2003, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 271 e 272/2003, do Deputado Adalcleber Lopes; 280/2003, do Deputado Gil Pereira; 282 a 312/2003, do Deputado Márcio Passos; 315 e 316/2003, do Deputado Sebastião Helvécio; 320/2003, da Deputada Ana Maria; 331/2003, do Deputado Doutor Ronaldo; 332/2003, do Deputado Célio Moreira; 333 a 347/2003, do Deputado Dimas Fabiano; 351 e 352/2003, do Deputado Domingos Sávio; 353 e 355/2003, do Deputado Gil Pereira; 361/2003, do Deputado Sebastião Helvécio; 369/2003, do Deputado Doutor Ronaldo.

Finalidade: apreciar a matéria constante na pauta e ouvir convidado para obter esclarecimentos sobre os contratos firmados entre o BDMG e Prefeituras, para liberação de recursos do Fundo SOMMA.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 5ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, a realizar-se às 9h30min do dia 9/4/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir o Sr. José Carlos Carvalho, Secretário do Meio Ambiente, que fará explanação sobre as políticas públicas dessa Secretaria e dos demais órgãos públicos de defesa do meio ambiente.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da comissão de Redação, a realizar-se às 14h30min do dia 9/4/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar parecer sobre proposições em fase de redação final.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da Comissão Especial dos Convênios com a União, a realizar-se às 15 horas do dia 9/4/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: obter esclarecimentos sobre os convênios dos municípios mineiros a partir do Decreto nº 4.594, de 13/12/2002.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 5ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria e Comércio, a realizar-se às 15 horas do dia 9/4/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 277/2003, do Deputado Chico Simões; 313/2003, do Deputado Paulo Cesar; e 359/2003, da Deputada Maria Olívia.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 8 de abril de 2003, destinada à apreciação dos Vetos às Proposições de Lei nºs 15.430, que torna obrigatória a adoção de medidas de segurança contra o furto e a troca de recém-nascidos em maternidades públicas estaduais e dá outras providências; 15.470, que acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 12.925, de 30/6/98, que dispõe sobre a concessão de benefícios de assistência social no Estado e dá outras providências; 15.471, que cria cargos na estrutura orgânica das Secretarias dos Tribunais de Alçada e de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais e dá outras providências; 15.472, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais e dá outras providências; 15.493, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tocantins o imóvel que especifica; 15.494, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tocantins o imóvel que especifica; 15.500, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Virgíniópolis o imóvel que especifica; 15.501, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Abaeté o imóvel que especifica; e 15.521, que acrescenta parágrafo 5º ao art. 1º da Lei nº 13.694, de 1º/9/2000, que autoriza a negociação do valor das parcelas remuneratórias dos servidores a que se refere a Lei nº 10.470, de 15/4/1991; e do Veto à Proposição de Lei Complementar nº 72, que acrescenta parágrafos ao art. 108 da Lei 889, de 5/7/1952, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado; do Projeto de Resolução nº 309/2003, da Mesa da Assembléia, que altera a Resolução nº 5.176, de 6/11/97, que contém o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; e do Projeto de Lei nº 306/2003, da Mesa da Assembléia, que dispõe sobre a remuneração do Governador do Estado, do Vice-Governador, de Secretário de Estado e de Secretário Adjunto de Estado; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 7 de abril de 2003.

Mauri Torres, Presidente.

Edital de convocação

Reunião Extraordinária da Mesa da Assembléia

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Rêmolo Aloise, Adelmo Carneiro Leão, Dilzon Melo, Antônio Andrade, Luiz Fernando Faria e Pastor George, membros da Mesa da Assembléia, para a reunião a ser realizada em 9/4/2003, às 10 horas, no Salão Nobre.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 7 de abril de 2003.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Durval Ângelo, Bonifácio Mourão, Ermanno Batista, Gustavo Valadares, Leonardo Moreira e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 8/4/2003, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os Projetos de Lei Complementar nºs 6/2003, do Deputado Laudelino Augusto; 8/2003, do Deputado Weliton Prado; 9/2003, do Deputado Durval Ângelo; e os Projetos de Lei nºs 8/2003, do Deputado Leonardo Quintão; 56, 91, 96 e 98/2003, do Deputado Alencar da Silveira Júnior; 134/2003, do Deputado Carlos Pimenta; 153/2003, do Deputado Carlos Pimenta; 209 e 210/2003, do Deputado José Milton; e 296/2003, do Deputado Dinis Pinheiro.

Sala das Comissões, 7 de abril de 2003.

Sebastião Navarro Vieira, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Ana Maria e os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Leonídio Bouças e Weliton Prado, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 8/4/2003, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater a situação da Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVAS - e tratar de assuntos de interesse da comissão.

Sala das Comissões, 4 de abril de 2003.

Adalclever Lopes, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação dos Titulares das seguintes Entidades: ADEMG, IO-MG, IPEM-MG e Loteria do Estado de Minas Gerais

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Marília Campos e os Deputados Adalclever Lopes, Alencar da Silveira Júnior e Doutor Viana, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 8/4/2003, às 16 horas, no Plenarinho III, com a finalidade de proceder a arguição pública dos Srs. Fernando de Campos Sasso, indicado como titular da ADEMG, e Francisco Pedalino Costa, indicado como titular da IO-MG.

Sala das Comissões, 7 de abril de 2003 .

Arlen Santiago, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Meio Ambiente e Recursos Naturais e de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Ronaldo, Fábio Avelar, José Milton e Márcio Passos, membros da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais; Domingos Sávio, Dalmo Ribeiro Silva, Carlos Pimenta, Chico Rafael, Dinis Pinheiro, Jô Moraes e Leonardo Quintão, membros da Comissão de Administração Pública, para a reunião a ser realizada em 10/4/2003, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se debaterem os problemas relacionados ao Projeto Jaíba, em especial a questão ambiental no Jaíba I e a situação dos colonos que aguardam a implantação do Jaíba II e de se discutirem e votarem proposições das Comissões.

Sala das Comissões, 7 de abril de 2003.

Maria José Haueisen, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Indicação dos Titulares das Seguintes Entidades: HEMOMINAS, FUNED, FHEMIG, IPSEMG e IPSM-MG

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ricardo Duarte, Fahim Sawan, Antônio Júlio e Olinto Godinho, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 10/4/2003, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se proceder à arguição pública dos titulares.

Sala das Comissões, 7 de abril de 2003.

Sebastião Navarro Vieira, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Roberto Ramos, Célio Moreira, Mauro Lobo e Roberto Carvalho, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 11/4/2003, às 9h30min, na Sala de Sessões da Câmara Municipal de São Gonçalo do Sapucaí, com a finalidade de obter esclarecimentos sobre a prática de tortura e abuso de autoridade na Delegacia de Polícia daquele município.

Sala das Comissões, 7 de abril de 2003.

Durval Ângelo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Roberto Ramos, Célio Moreira, Mauro Lobo e Roberto Carvalho, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 11/4/2003, às 15 horas, no Fórum da Comarca de Três Corações com a finalidade de se obter esclarecimentos sobre a prática de tortura e abuso de autoridade na Delegacia de Polícia daquele município.

Sala das Comissões, 7 de abril de 2003.

Durval Ângelo, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

17ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 1º/4/2003

A Deputada Maria Olívia - Sr. Presidente, Deputado Rêmoló Aloise, Sras. e Srs. Deputados, venho hoje, pela primeira vez nesta legislatura, falar de um tema que sempre foi minha bandeira nesta Casa: o idoso.

Graças à Igreja Católica, a Campanha da Fraternidade de 2003 é uma reflexão para todos, com o tema "Fraternidade e pessoas idosas: vida, dignidade e esperança". Passos vagarosos, voz pausada, cansada, eles fazem parte de todas as famílias. Suas mãos trêmulas já perderam a agilidade de ontem, mas ainda sabem afagar, carinhosamente, os cabelos de seus filhos, netos e bisnetos.

Com experiências muitas vezes sofridas, acumuladas na soma dos anos vividos, conseguem ainda sorrir, um sorriso límpido, como as águas que correm de cascatas. Seus rostos, sulcados pelo tempo, são iluminados pelo sol que coroa suas cabeças com dignidade. Os cabelos brancos denunciam a longa trajetória de vida. Alegres, tristes, asilados, abandonados pelos próprios filhos, são eles que construíram nosso País.

Há anos, convivo diretamente com idosos, abandonados e amados, dependentes e produtivos, muitos se revelando como artistas e com grande energia para se divertirem. Podemos encontrá-los nos diversos grupos de terceira idade, hoje espalhados por toda Minas Gerais.

Exalto, aqui, o trabalho do SESC de Minas Gerais como o maior incentivador desses grupos, que, a cada dia, crescem mais e melhor se organizam. O Brasil deixará de ser chamado de "País de jovens" neste milênio. O idoso constitui um motivo recente de preocupação social. Nosso País está com quase 9 milhões de pessoas com mais de 65 anos. Trata-se de um número extremamente alto, para um País que não sabe o que fazer com seus velhos. Um País que não se preparou para dar dignidade aos idosos.

A velhice é a etapa mais longa da vida. A infância, a adolescência, a juventude têm idade certa para acabar, mas a chamada terceira idade pode durar 10, 20, 30, 40 anos ou mais. Por ser o período mais longo da existência, é necessário que se promovam políticas públicas mais sólidas e eficazes, para combater os problemas advindos da idade avançada.

Não temos um programa eficaz de atenção à saúde do idoso. O sistema público, além de discriminatório, é inoperante. No sistema privado, ainda vemos o absurdo de planos de saúde dificultarem o acesso dos idosos a seus quadros, sem falar que o custo é maior na medida em que a idade aumenta.

A aposentadoria é outra injustiça que se comete àquele que dedicou toda sua vida ao trabalho e imaginava a velhice como um tempo de realização de antigos sonhos. Mas a realidade é cruel com os nossos aposentados. Nossas cidades não estão programadas para a vivência da terceira idade. A dificuldade de acesso aos serviços essenciais, a falta de transporte adequado, de segurança nas vias públicas, a pouca opção de lazer e tantas outras carências tornam o idoso prisioneiro de seu lar.

Poderíamos enumerar dezenas, centenas de carências de políticas públicas, mas essas carências doem muito no meu coração.

Mas, o que mais dói, é o preconceito ainda existente na nossa sociedade.

O Conselho Nacional do Idoso, criado pela Lei Federal nº 8.842, de 1994, ainda não existe de fato. Já o Conselho Estadual foi instalado pelo ex-Governador Itamar Franco. Durante quase três anos, fui a representante do Poder Legislativo nesse Conselho, que não teve apoio da ex-Secretaria do Trabalho. O Conselho foi inoperante e só encontrou apoio e respaldo da Assembléia Legislativa, por meio do ex-presidente Antônio Júlio. Vários projetos de minha autoria e de outros parlamentares foram aprovados e, por intermédio de um requerimento meu, realizamos em 27/8/2002 o Ciclo de Debates As Demandas de um Brasil que Envelhece. Conseguimos lotar o Plenário e todas as galerias desta Casa com pessoas ligadas à causa do idoso.

Em boa hora a Igreja Católica levanta o tema "idoso", nessa Campanha da Fraternidade. Esperamos que não seja em vão e que a sociedade e principalmente as famílias tenham mais respeito para com a pessoa idosa, já que 54% vivem com os filhos e, às vezes, os sustentam. São, na sua maioria, maltratados, desrespeitados e considerados, por muitos, como "entulho".

A nova novela da Rede Globo, "Mulheres Apaixonadas", vem mostrando que existem muitas "Dóris" no nosso País. O exemplo da neta que, além de roubar dos avós para manter um "status" perdido, agride-os, desrespeita-os, deixando-os numa profunda tristeza. Louvo a iniciativa da Rede Globo, e que as cenas levadas ao ar não sejam em vão.

Não estou aqui hoje movida por um tema atual ou em moda. O meu trabalho com o idoso iniciou-se quando tinha 17 anos, na minha Lagoa da Prata, e continua até hoje. Abracei a causa ainda muito jovem e digo com muita honestidade: consegui levar muitos sorrisos aos nossos idosos. No decorrer dessa longa caminhada, encontrei uma pessoa, a saudosa Maria Lúcia Rodrigues Dias, a Lucinha, que lutou com muita garra pelos idosos e disse uma frase que jamais esquecerei: "cuidado ao dirigir-se a uma pessoa idosa, lembre-se de que você será ela amanhã".

Hoje, com muita tristeza, li no jornal "Hoje em Dia": "Adolescente lidera assalto a avô para roubar R\$400,00 para drogas". É o que acontece nos lares em relação aos idosos.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Parabeno a deputada não só pelo brilhante discurso, mas por seu trabalho, exemplo para todos. Posso dar meu testemunho, pois o acompanhei, em especial no Centro-Oeste mineiro, particularmente no período em que fui Prefeito de Divinópolis, nos encontros da "maior" ou "melhor" idade, como carinhosamente tratamos o grupo. Em todos havia a presença de alguns grupos, muitas vezes com o apoio direto da Deputada, encorajando-nos e apoiando. Esse movimento tem contribuído não só para melhorar a qualidade de vida, mas para ensinar a todos que a terceira idade é momento para nos dirigirmos aos idosos com o respeito que merecem, não com piedade, coisa de que não precisamos. É o momento da experiência e da sabedoria fundamental, principalmente hoje, que a humanidade precisa de entendimento e paz.

Por sua história de dedicação aos grupos da terceira idade, V. Exa. sabe da grande contribuição que nos deram e ainda podem dar à sociedade. Portanto, parabeno-a e sou testemunha do sério trabalho da Deputada. Este ano faz-se referência especial àqueles que têm muito a ensinar por meio da Campanha da Fraternidade. Espero que possamos nos unir para refletir sobre a legislação atual, sobre um papel para o Conselho e sobre como dar-lhe maior apoio. Fazemos isso sob sua liderança, que, com certeza, é a pessoa mais indicada. Muito obrigado.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Quero cumprimentá-la e reforçar meu interesse em estarmos juntas, lutando a favor dos idosos, muitas vezes excluídos neste País. É preciso valorizar os irmãos da terceira idade.

A Campanha da Fraternidade aponta para uma defesa à dignidade da terceira idade. Que fique registrado, nesta Casa, nosso compromisso, sobretudo este ano, para que nossos avós, pais e companheiros de caminhada de terceira idade possam viver com dignidade e ter seus direitos garantidos após toda uma vida dedicada ao País.

A Deputada Vanessa Lucas - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários da Casa, imprensa, telespectadores da TV Assembléia.

Neste momento, dirijo-me aos nobres colegas para manifestar minha indignação diante da situação constrangedora criada no último dia 27 de março, durante a reunião da Comissão de Saúde. Como cidadã de Contagem e representante eleita do município, fui surpreendida não pelo requerimento apresentado pela Deputada Marília Campos, mas pela forma como a questão sobre a saúde no município foi conduzida.

Tão logo terminou a leitura de seu requerimento, a Deputada, já com platéia selecionada, solicitou audiência pública, para que seus convidados tivessem direito à palavra. Não me cabe aqui, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, a função de censor. Mas é preciso que haja justiça, visto que apenas acusações foram feitas, algumas no âmbito pessoal, sem que as pessoas citadas tivessem o direito de defesa.

Esta Casa, ao longo dos anos, tem-se primado pela ética e transparência. Por isso, a razão da minha estranheza. Repito as palavras do Presidente Lula, ao falar para empresários no Clube Monte Líbano, em São Paulo: "Quando a gente é de oposição pode fazer bravata, porque não vai poder executar nada mesmo."

É fácil criticar, difícil é realizar. Vale lembrar também as palavras dos Deputados Chico Simões, Fahim Sawan e do Vereador Nilton Silva, de Contagem, ao afirmarem que "o problema da saúde é de ordem nacional, mas que possamos ainda chegar ao consenso para que a saúde possa ser um assunto suprapartidário, em que todas as forças, todos os partidos estejam unidos".

Diante disso, não podemos transformar esta Casa em palco de ataques pessoais. Se há irregularidades e se foram encaminhadas ao Ministério Público, como afirmaram os convidados presentes, creio que não existe justificativa para o procedimento adotado. Fomos eleitos para defender os interesses do povo. Cabe-nos cumprir esse papel.

O Poder Judiciário saberá dar as respostas, após ouvir as partes envolvidas, do mesmo modo que os Vereadores do município deverão saber resolver as questões municipais. Ao povo caberá avaliar, com democracia, os seus representantes eleitos. Muito obrigada.

A Deputada Marília Campos (em aparte)* - É importante esclarecer os fatos ocorridos na reunião da Comissão de Saúde. A Deputada Vanessa Lucas, que chegou atrasada à reunião, não pôde relatá-los na íntegra e com fidelidade. Em primeiro lugar, apresentei requerimento àquela Comissão - regimentalmente, era possível fazer isso - solicitando que fosse dada a palavra às pessoas que me procuraram, a fim de que pudessem expor os problemas relacionados à área da saúde em Contagem. Portanto, o primeiro requerimento tinha o objetivo de conceder a palavra aos moradores e a alguns Vereadores que estavam presentes à reunião.

Esse requerimento foi apresentado por mim e por todos os membros da Comissão de Saúde. Tive o cuidado, ainda, de apresentar outro, que foi lido, votado e aprovado - e V. Exa. ainda não estava presente à reunião -, solicitando realização de audiência pública para discutir a questão da saúde em Contagem e convidando entidades, cidadãos, Governo Municipal e Ministério Público a participarem dela.

A preocupação da nobre Deputada deve-se ao fato de que não foram chamadas autoridades; mas nosso objetivo foi o de contemplar as comunidades e lideranças, o poder público municipal, o Ministério da Previdência e o Ministério Público. Muito obrigada.

A Deputada Vanessa Lucas - Acho isso muito engraçado. Na ordem do dia dessa reunião, não constavam matérias a serem deliberadas, por isso não estava presente, participava de reunião da Comissão de Defesa do Consumidor. Outra questão: audiência pública no mesmo dia e horário significa uma coisa muito diferente do que é a democracia.

Apresentei requerimento em que solicitei fosse realizada visita, antes da audiência pública, às obras de construção do hospital municipal, do pronto-socorro e do centro de saúde. Assim, teríamos subsídios para discutirmos a questão. Não aceito que audiência pública seja marcada dessa forma, apenas trazendo uma turma. As coisas precisam ser claras, devem promover a participação. Sem contribuição não pode haver desenvolvimento. Estamos aqui para tratar de assuntos referentes ao Estado. Se formos discutir problemas municipais, esta Assembléia se desenvolverá em Câmara Municipal. Aí, tratarei da educação em Belo Horizonte, da escola plural.

Estou indignada com o que foi feito. Audiência pública precisa ser pública, divulgada nos jornais, para que todos possam participar. Não aceito o desrespeito. Sou Deputada eleita com mais de 65 mil votos. Pessoas que estavam ali não são dignas sequer de colocar os pés nesta Casa. Deixo o meu protesto e que esta Assembléia tome providências para garantir debates relacionados ao Estado. Caso contrário, problemas de competência das Câmaras Municipais serão resolvidos aqui.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Deputada Vanessa Lucas, ouvi a posição da Deputada Marília Campos e sabemos que esta é uma Casa política, de debates. É bom que se estabeleça sempre o contraditório. O Regimento Interno apresenta falhas. Uma delas diz respeito à necessidade de a Mesa se pronunciar. Esse, aliás, é um assunto que levarei à reunião do Colégio de Líderes.

Essa é uma prática que acontece quando há consensos. É comum que, nas comissões, um ou outro convidado que não estava na lista previamente elaborada para uma audiência pública seja convidado a partir de um consenso. A Comissão de Direitos Humanos também tem adotado esse critério, pois as denúncias que chegam são imediatamente ouvidas. Porém, como esta Casa é plural, é preciso que a Mesa se posicione a fim de evitar que fatos como esse sucedam-se a cada dia. Ou seja, imagine se a Deputada Vanessa Lucas reúne um grupo de interesse, não avisa a ninguém, não aprova nada e acerta tudo, lota as galerias, aprova o requerimento, inicia a audiência pública e a outra parte não está preparada para fazer o contraditório e se defender. E um Deputado tem que sair correndo do gabinete ou de outra comissão porque está sendo questionado ou sua região está sendo acusada, etc. Para o bem da democracia, é preciso que a Mesa se posicione a respeito, fixando um prazo mínimo para a realização de audiência pública. Que seja seguido o trâmite normal de aprovação do requerimento, lista de autoridades envolvidas e remessa do requerimento para que a Mesa faça o convite. Estou apenas em defesa do processo legislativo e de que o Regimento seja aprimorado. Esse é um assunto que vamos levar à Mesa para que haja decisão sobre sua interpretação e que haja um processo democrático. O debate é salutar, denúncias de toda ordem devem ser trazidas. Para a saúde da democracia é bom que ambas as partes tenham a oportunidade de se manifestarem e se defenderem. Muito obrigado.

O Deputado Neider Moreira (em aparte) - Como membro da Comissão de Saúde, faço coro às palavras do Deputado Miguel Martini. Existe uma falha regimental que deve ser corrigida pelo bem da democracia, para que fatos constrangedores como esse não voltem a ocorrer, não só na Comissão de Saúde, mas em qualquer outra, onde se pratique a democracia na sua essência. Que as partes possam ser ouvidas de forma igualitária sem causar o constrangimento que ocorreu naquele dia. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Biel Rocha - Sr. Presidente, Deputados, senhoras e senhores, neste último final de semana visitei, na Zona da Mata, alguns municípios. Quero comentar sobre notícias veiculadas não só na imprensa estadual como também na nacional sobre desastres ecológicos ambientais ocorridos em nosso Estado.

A cidade de Descoberto, terra do ex-Deputado Elmo Braz, atual Conselheiro do Tribunal de Contas, localizada a 65km de Juiz de Fora, é pequena - tem 4.500 habitantes -, e surgiu no início do século XIX. O próprio nome traduz a origem do município, Descoberto do Rio Novo, onde havia ouro e para lá se deslocaram vários desbravadores, até mesmo empresas estrangeiras. Uma delas, inglesa, a H. Milliet, explorou o ouro da região por muitos anos. Largou o município, em 1892, depois de atacar os córregos e embrenhar pelas matas.

Em dezembro passado, a Prefeitura enviou maquinário para trabalhar na manutenção da estrada, às margens do ribeirão do Grama - antiga região de exploração de ouro. Ao cortar parte do barranco, localizaram foco de mercúrio.

O Secretário de Saúde, Dr. Orlando Luiz de Mendonça, preocupado com a situação, alertou as autoridades do município, a Diretoria Regional de Saúde e a FEAM. Na última quarta-feira, dia 26, realizou-se reunião. A COPASA, ao saber da descoberta desse mercúrio, interrompeu a captação da água desse ribeirão, que abastece 30% dos municípios de São João Nepomuceno e de Descoberto, e iniciou exames para saber o grau de incidência do mercúrio naquele manancial.

O que me traz a esta tribuna são as últimas informações obtidas junto à DRS da região de Juiz de Fora. O Dr. Ronaldo, na Comissão de Meio Ambiente, expôs muito bem sobre a contaminação do mercúrio, que, caso não seja controlada, pode trazer sérios danos não só à saúde, mas também ao meio ambiente. Os peixes, muito consumidos na região, constituem foco de contaminação.

Profissionais da saúde pública investigam se há correlação de casos de anomalias com o mercurialismo (intoxicação por mercúrio). O relatório preliminar que a imprensa divulgou, no último final de semana na região, elaborado pela Vigilância Epidemiológica de Juiz de Fora, aponta, de 2000 a 2002, mortes com insuficiência renal crônica, neoplasias e fetos com anencefalia - ausência total ou parcial de cérebro. Há registro de criança com focomelia - atrofia ou ausência de braços e pernas. Essas anomalias foram detectadas na população daquela região, a partir de levantamento das Autorizações para Internação Hospitalar - AIHS -, junto à DRS. Essa é uma questão séria e medidas deverão ser tomadas.

Tive a oportunidade de visitar o município no final de semana. Nessa região, encontra-se a Companhia Brasileira de Alumínio, que explora bauxita. Às margens do Ribeirão do Grama, a poucos metros de onde detectou-se mercúrio, há movimentação intensa de terra, no local e serra acima. Com a presença da chuva, encontra-se o mercúrio deixado pela empresa inglesa. Como disse o Deputado Doutor Ronaldo, os ingleses levaram as nossas riquezas e deixaram prejuízos para a população da região.

É necessário interdição imediata de todo o trabalho de movimentação de terra na região. Amanhã, na Comissão de Meio Ambiente, em reunião ordinária, teremos oportunidade de conversar sobre isso e discutir o requerimento apresentado por nós - com as medidas sugeridas pela Comissão -, que participamos dessa preocupação das autoridades da região.

A segunda situação, estampada hoje pela imprensa nacional, diz respeito ao Município de Cataguases - terra de Humberto Mauro, um dos maiores cineastas que o País conheceu -, localizado a 117 km de Juiz de Fora, na Zona da Mata Mineira. Sexta-feira, dia 28, de madrugada, 20 milhões de litros de produtos químicos foram despejados no rio Cágado, afluente do Rio Pomba, que compõe a bacia do Paraíba do Sul, com o rompimento da barragem de contenção de rejeitos sólidos, desativada. A responsabilidade pelo despejo é da empresa Indústria Cataguases de Papel. O reservatório equivalente a seis campos de futebol foi rompido. Os 20 milhões de litros de resíduos despejados formaram grande mancha negra. A última notícia obtida por nosso gabinete é de que o Governo do Rio de Janeiro decretou estado de emergência no Noroeste do Estado. Cerca de 540 mil pessoas estão sem água tratada, porque a água é retirada do rio Paraíba do Sul, onde a mancha negra já chegou.

A dimensão do desastre ainda está sendo analisada pelas autoridades. Nenhuma delas, mesmo as do nosso Estado, divulgou com clareza os componentes químicos presentes na mistura. A única referência a que tive oportunidade de ver está no boletim de ocorrência da Polícia Militar de Cataguases, que foi feito com base em informações de um cidadão que diz ter trabalhado na antiga indústria responsável pelo reservatório e que produziu os rejeitos sólidos. Listou hipoclorito de cálcio, aniquilina - não conseguimos indentificá-la -, solda de madeira, enxofre e antraquinona, substâncias químicas oriundas do trabalho da empresa durante muitos anos. Também há outros reservatórios sujeitos a rompimento e que podem causar mais prejuízos.

Essa lama já provocou mortes. Tive a infelicidade de presenciar crianças andando na beira do rio Pomba, carregando tambaquis de 2kg que pulavam do rio para as margens a fim de fugir da lama. Além disso, animais domésticos, como cachorros, gatos, porcos, vacas, que beberam da água, estão mortos à beira da estrada, em conseqüência da poluição provocada pela inundação do córrego. Segundo a Secretaria de Meio Ambiente de Cataguases, essa lama inundou cerca de 21 propriedades nessa região e destruiu pastagens e plantações.

Sras. e Srs. Deputados, surpreende-me, hoje, autoridade do IBAMA dizer, na imprensa, que a população não precisa ser alertada, porque a morte ainda não está rondando a região.

Chega ao cúmulo de falar que o ocorrido pode ser uma fatalidade. Acontece que a Polícia Florestal, conforme demonstrou a imprensa, não só do nosso Estado, mas de todo o País, recebeu, em 2002, denúncias sobre a possibilidade de vazamento desse açude e solicitou ao IBAMA um técnico para averiguar o grau de poluição do local. Segundo o Chefe Regional do IBAMA, a vistoria não foi feita.

As autoridades foram alertadas sobre o que poderia vir a acontecer, ou seja, o que está acontecendo hoje. A Comissão de Meio Ambiente, amanhã, terá oportunidade de avaliar a situação. Apresentamos novo requerimento à Comissão, e, se não me engano, o Deputado Fábio Avelar, também preocupado, está encaminhando uma solicitação para que a Comissão possa visitar a região e verificar "in loco" o que poderá ser feito. Cabe a esta Casa esclarecer não só aos seus membros, mas a toda a sociedade, as causas desse vazamento e as suas consequências ao meio ambiente e à população em geral, bem como construir, por meio de um debate democrático nesta Casa, mecanismos preventivos e de acompanhamento constante de atuação dos órgãos públicos do nosso Estado, o que considero fundamental.

Essa tragédia aconteceu na sexta-feira. Como a FEAM, às 6 horas da tarde, fecha as suas portas, não possuindo nenhum trabalho permanente de plantão, só tomou as primeiras providências na segunda-feira. Enquanto isso, aquela lama tóxica entrou no rio Pomba e chegou ao rio Paraíba do Sul.

Hoje, autoridades do Rio de Janeiro têm questionado os mineiros por não terem sido informadas sobre a situação, para que pudessem precaver-se a tempo contra os prejuízos que estamos causando a sua população.

Outra questão necessária ao debate da Comissão é a criação de mecanismos, pela FEAM, de acompanhamento dos passivos ambientais em nosso Estado, pois não há acompanhamento após a emissão do licenciamento pela FEAM. O próprio Secretário José Carlos já reconhece isso, conforme disse em debate realizado hoje no rádio, e prontificou-se a debater nesta Casa a questão da criação de mecanismos que proporcionem um controle maior, evitando danos causados ao nosso povo e a nossa terra.

Sr. Presidente, eram essas as nossas colocações. Agradeço a atenção de V. Exa. e a de todos os Deputados.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte)* - Gostaria de demonstrar nosso apoio e nossa solidariedade ao Deputado Biel Rocha, nessa denúncia que ele vem, de forma providencial e corajosa, fazendo a respeito da empresa de papelão de Cataguases, que causou esse desastre ecológico. Com toda certeza, V. Exa. pode ter falado das suas consequências imediatas. Porém as consequências serão muito mais catastróficas no decorrer do tempo, pois essa lama de várias substâncias químicas - soda cáustica, inclusive - demorará muitos e muitos anos para ser eliminada pela natureza. Acho também providencial trazer essa discussão à Assembléia.

Gostaria de fazer uma denúncia: o Governo do Estado anunciou, na quinta-feira, o fechamento da fábrica e a aplicação de uma multa no valor de, aproximadamente, R\$180.000,00. Hoje, a empresa informou que não recebeu a notificação, e a Secretaria deverá publicá-la no "Minas Gerais" de amanhã. Assim sendo, a empresa continua funcionando, inclusive colocando mais três barragens em risco. É lamentável que o Governo do Estado, mais uma vez, chegue tarde e faça propaganda enganosa à população: anuncia na quinta-feira o fechamento da empresa, que ainda continua funcionando.

O Deputado Biel Rocha - Sr. Deputado, nosso tempo esgotou-se. Com certeza, esse debate acontecerá na Comissão de Meio Ambiente, quando os Deputados poderão acompanhá-lo.

*- Sem revisão do orador.

O Deputado Sebastião Helvécio - Presidente Mauri Torres, no momento representado pelo nosso Vice-Presidente Rêmoló Aloise, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna na tarde de hoje para, junto com os nobres pares desta Casa, fazermos uma reflexão sobre o trabalho parlamentar. Minutos atrás, ouvindo nosso conterrâneo Deputado Biel Rocha, pudemos mais uma vez perceber a importância da representação parlamentar da nossa comunidade. Fato é que não existe Poder mais próximo da nossa população que o Poder exercido por este parlamento. Em Minas Gerais somos 77 Deputados a representar mais de 17 milhões de mineiros. Pelo que percebemos nas atividades, até mesmo nas de final de semana, quando cada Deputado vai para suas bases e ali recolhe as prioridades daqueles que o elegeram, trazemos para o convívio da Assembléia de Minas a importância da representação parlamentar.

Nesse último fim de semana, viajei para São João Nepomuceno, cidade que outrora foi um importante centro têxtil e que ainda hoje guarda, como sua marca, um trabalho fundamental na produção das malharias da nossa região, e pude perceber algumas necessidades dessa comunidade, que, neste momento, encaminho ao nosso parlamento.

Neste momento, gostaria de refletir sobre esta Minas Gerais tão extraordinária no seu aspecto plural de representação municipal, composta de 853 municípios que formam o coração do nosso Estado. Cada um dos 77 Deputados, durante o final de semana, quando tantos e tantos representantes de outros Poderes - Executivo e Judiciário - estão aproveitando o merecido descanso, os Deputados estão viajando pelas nossas estradas, que não têm tanta segurança, para detectarem as necessidades de cada um dos municípios que aqui representam. Quero falar dessa característica do parlamento mineiro de, em apenas um final de semana, conseguir coletar as aspirações e reivindicações de inúmeros municípios do nosso Estado. Se cada um de nós visitarmos dois ou três municípios, poderemos apresentar a esta Casa uma enorme quantidade de prioridades para análise.

O Deputado Miguel Martini (Em aparte) - Deputado Sebastião Helvécio, estamos acompanhando o pronunciamento de V. Exa. Agradeço ao Deputado Durval Ângelo por ter dado a notícia de que o Governo já agiu em relação ao assunto tratado pelo Deputado Biel. Então, o Governo está atento e já tomou as medidas cabíveis.

Com relação ao prazo, se foi em um, dois ou três dias, há a tramitação necessária, com a identificação e a verificação do problema para que depois sejam tomadas as medidas. Resolver um assunto desses em um prazo tão pequeno significa agilidade. Se houvesse dois, três, quatro ou dez meses e nada fosse feito depois da denúncia, como ocorreu no passado, quando fizemos denúncias que ficaram dois ou três anos sem providência, haveria razão para dizer que houve descaso. Estamos no terceiro mês de Governo e com tantas questões a serem tratadas, por um Estado que estava praticamente falido. Ser capaz de encaminhar esse assunto para decisão mostra competência. É bom quando os adversários ou a oposição reconhecem isso.

Pude ontem participar, com os Presidentes das Assembléias de Minas e do Rio Grande do Norte, de reunião da UNALE, uma vez que temos a missão de fortalecer o Legislativo Estadual, a democracia. Quando o Legislativo é forte a democracia também é. A UNALE deliberou ontem que, no dia 8 de abril, todas as Assembléias Legislativas do País deverão fazer um ato em favor da paz e contra essa guerra absurda, que tantas vezes deploramos nesta Casa.

O Poder Legislativo, no final de maio, estará no Maranhão, para tratar de questões dos Deputados, para visitar e percorrer suas bases e redutos eleitorais, para conhecer a realidade de sua região, conversando com as lideranças e com o povo, para representá-lo bem. Então, os Deputados estarão discutindo a repercussão e as propostas de reformas estruturais do País que serão votadas no Congresso Nacional - da Previdência, trabalhista, político-partidária, etc.

Endosso as palavras de V. Exa. porque, de um modo geral, a sociedade não conhece o trabalho de um parlamentar. Certa vez, estava em um debate nacional, ao vivo, na televisão, quando chegou a pergunta de como o Deputado poderia receber o salário que recebe para trabalhar

apenas 3 dias na semana. Como se ele trabalhasse apenas nas terças, quartas e quintas-feiras, em que há sessões deliberativas no plenário. Naquele momento, pude esclarecer da mesma forma que V. Exa. acabou de dizer. Temos o trabalho deliberativo no plenário, mas nos outros horários, em que não estamos aqui, temos trabalhos nas comissões e nas audiências públicas. Na quinta-feira à tarde, depois da reunião do plenário, começam as viagens pelo interior, para visitar as bases. Nos sábados, domingos e até nas segundas-feiras, às vezes, ainda estamos no interior. Nessas viagens, ouvimos as pessoas e trazemos as suas demandas. Isso é desconhecido.

O Poder Legislativo tem que ser capaz de mostrar essa situação à sociedade, para que as pessoas se sintam verdadeiramente representadas e possam sentir que o parlamentar da sua região é seu legítimo representante, que defende os seus interesses. É isso que está acontecendo aqui. Há até disputa entre os parlamentares que procuram atender melhor a esse ou àquele município. Parabéns a V. Exa. e obrigado pela concessão do aparte.

O Deputado Sebastião Helvécio - Obrigado, Deputado Miguel Martini. Insisto no significado do verbo "deputar". Há poucos dias salientei a importância desse verbo. Para minha surpresa, um funcionário desta Casa perguntou-me onde busquei esse verbo. Qualquer dicionário traz o sentido extraordinário dessa palavra: é delegar a missão de representação para, na tribuna, no plenário ou nas comissões, através do voto e da voz, exercer a representação, atividade tão excepcional e relevante.

Recebi hoje pela manhã, em meu gabinete, a visita de um dos maiores políticos de Minas Gerais, Prefeito Tarcísio Delgado, do PMDB. Trouxe sua preocupação com obras apontadas como prioritárias no Plano Estratégico de Juiz de Fora, cuja sociedade se reuniu em amplo debate, priorizando os três caminhos fundamentais à sua afirmação no contexto nacional. Os grandes eixos que norteiam o programa público de Juiz de Fora contemplam, em primeiro lugar, a consolidação dessa cidade como pólo regional. Protocoliei requerimento solicitando que V. Exa. designe comissão de Deputados para acompanhar a implantação do centro de convenções e exposições - Minas, aprovado no orçamento, necessário ao desenvolvimento econômico sustentável e grande oportunidade para que Juiz de Fora se afirme como cidade prestadora de serviços. Assim, a Assembléia e o Governador poderão cumprir a proposta conjunta de Itamar Franco e de Aécio Neves.

O segundo grande eixo relaciona-se ao fato de Juiz de Fora ser uma cidade de oportunidades. Daí nossa preocupação de qualificar nossos estudantes e trabalhadores. Apresentando uma oportunidade para que ingressem no mercado de trabalho, o programa do primeiro emprego visa à superação daquele aforisma terrível: não entra no mercado de trabalho porque não tem experiência; não tem experiência porque não há incentivo para o primeiro emprego.

O terceiro grande eixo desse programa público de Juiz de Fora é manter desenvolvimento com qualidade de vida.

Nesta tarde, Minas Gerais viverá grande momento no Congresso Nacional. De grande estatura política, dois mineiros serão sabatinados no Senado e representarão o triângulo libertário de Minas: Itamar Franco, nosso futuro Embaixador na Itália, e Tilden Santiago, em Cuba. Que o Senado possa prestar-lhes a homenagem que o povo mineiro prestaria. Obrigado.

O Deputado Doutor Viana* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa, funcionários da Casa, telespectadores da TV Assembléia e, em especial, todos os presentes nas galerias, que se encontram cheias, mostrando o interesse do povo em sua Casa, Minas Gerais perdeu ontem um dos políticos mais atuantes de sua época, advogado, professor, escritor e ex-Deputado Estadual por seis mandatos: Cícero Dumont.

Esse homem público nasceu em Bocaiúva, no ano de 1916, formou-se em Direito pela Faculdade de Direito da UFMG, onde também fez doutorado e chegou a ser professor de Direito Eleitoral e de Direito Constitucional. Trabalhador incansável, ao longo de sua vida, foi reconhecido como um homem de invejável sabedoria, sem contar sua expressiva força política. Cícero Dumont, até o mês passado, apesar de já ter completado 87 anos de idade, estava trabalhando como advogado no TRE, exercendo suas funções com distinção.

Exemplo de vida para familiares e amigos, sua vida pública começou em 1951, época da 2ª Legislatura deste parlamento, como Deputado Estadual pelo Partido Republicano. Desde essa data até o ano de 1982, exerceu o mandato de Deputado por mais cinco vezes, não consecutivas, tendo ainda exercido os cargos de Vice-Presidente da Assembléia e Presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Cícero Dumont foi também Secretário do Trabalho e Ação Social no Governo Rondon Pacheco, Conselheiro do Tribunal de Contas de Minas Gerais, membro do Conselho Fiscal da USIMINAS, entre tantos outros. Foi condecorado com a Medalha Santos Dumont, a Ordem do Mérito Judiciário do TST, a Medalha Desembargador Hélio Costa, a Medalha Comendador Norberto Vaz de Mello, pelo TRE, entre muitas outras merecidas homenagens. Publicou diversas obras, tais como "Organização Municipal Comparada", "Lei Orgânica Municipal - Roteiro para sua Elaboração", "Eleições 1996 - As Regras Especiais da Lei nº 9.100". Todas as publicações de Cícero Dumont confirmaram seu indiscutível saber.

Gostaria, pois, de externar meus sentimentos à família enlutada, especialmente à D. Carmelita Simões Dumont, dedicada esposa de tão valoroso homem público. Neste momento de tristeza, quero deixar registrado nos anais desta Casa que Cícero Dumont nunca será esquecido, já que permanece conosco. Que Deus o abençoe e a toda sua família e amigos!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, minhas palavras nesta tarde são uma homenagem póstuma a esse saudoso homem público, que passou por esta Casa seis vezes, prestando um grande serviço ao Estado. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

18ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 2/4/2003

A Deputada Maria José Haueisen - Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores e pessoas presentes nas galerias, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, não poderia deixar de manifestar a nossa indignação diante dos acontecimentos lamentáveis envolvendo o grande descaso e a negligência para com o ser humano e o meio ambiente. Referimo-nos, com tristeza, ao rompimento da barragem de contenção de rejeitos do processo industrial da Empresa Cataguases de Papel, cuja massa de poluentes tóxicos vazou na sub-bacia do córrego do Cágado, afluente do rio Pomba, na Zona da Mata, que abastece as cidades da região e do Noroeste fluminense.

O acidente aconteceu no sábado de madrugada, atingindo diretamente quatro municípios de Minas, embora o abastecimento esteja garantido pela COPASA, que faz a captação a montante do local atingido. Os danos ao meio ambiente são muitos, principalmente à rede de abastecimento dos municípios fluminenses situados a jusante do vazamento, já na região de influência direta do rio Paraíba do Sul. A indústria responsável pela barragem, que continha grande concentração de soda cáustica, além de cloro ativo e de metais pesados, segundo as primeiras informações, alegou que o rejeito é um passivo ambiental, adquirido com a compra de outra empresa, e ainda afirmou que já não produz esse material. Se esse é o caso, a questão ainda se configura mais grave, pois o gerador de todos esses estragos não recebeu os cuidados devidos, já que qualquer empresa é obrigada a assumir os ônus que, porventura, venha herdar nas transações comerciais.

Esse desastre vem se somar a outros igualmente lamentáveis, como os deslizamentos das encostas da Região Metropolitana de Belo Horizonte, ocorridos no início deste ano e o rompimento da barragem de mineradora ocorrido em Macacos em junho de 2001, resultando em perda de vidas humanas e grandes danos aos recursos hídricos e à flora.

Portanto, somos levados a indagar de forma veemente: quantos outros passivos ambientais se estendem pelas plagas mineiras afora, como verdadeiras bombas-relógios, esperando o momento oportuno para ser ativadas, causando a destruição e a poluição dos nossos recursos ambientais e humanos? Até quando seremos omissos diante dessas eventualidades, para as quais são apresentadas soluções paliativas, que não se traduzem em efetiva garantia de que estaremos livres e protegidos dos gargalos potenciais de destruição e degradação?

Há pouco, ouvi assustada o comentário e a informação de um técnico ligado ao meio ambiente, que dizia que, em Minas Gerais, existem 2.400 barragens ou diques, onde estão sendo recolhidos os rejeitos de minerações ou rejeitos tóxicos das empresas.

A FEAM não tem condições de fiscalizar todas as barragens e diques, uma vez que não há pessoas capacitadas, habilitadas e contratadas para realizar esse serviço. Temos a certeza de que não faltam técnicos nem pessoas competentes nesse órgão. Se a FEAM está sucateada, se não dispõe de funcionários em número suficiente para acompanhar esse trabalho, compete ao Poder Executivo ver onde está o gargalo, abrir concursos, nomear técnicos, a fim de evitar que desastres aconteçam.

Muitos desses diques e barragens não precisariam acumular rejeitos, pois poderiam ser aproveitados, reciclados, transformados em material de construção, como rejeitos minerais, formando bloquetes ou qualquer outra coisa a ser aproveitada na construção civil. É falta de competência dos que armazenam esses rejeitos, falta de interesse do poder público responsável no acompanhamento da situação.

O Deputado Biel Rocha (em aparte) - Sobre o acontecido em Cataguases - podemos expor junto à comissão presidida por V. Exa. -, informo aos caros pares que, até o momento, nenhum órgão ambiental conseguiu divulgar, com clareza, quais componentes químicos estão presentes na lama que se espalha pelo rio Paraíba do Sul.

O fato de a FEAM, em nosso Estado, não possuir o cadastro, o monitoramento do que está na barragem, provocou danos. O Rio de Janeiro questiona Minas pela falta de informação, de alerta para evitar os danos. Estive na região, na sexta-feira, tentamos um contato com a FEAM, mas ninguém atendeu ao telefone. Eram 18 horas, e o órgão já estava fechado. Não existe, em nosso Estado, nenhum tipo de preparo para situações de emergência, um plantão. A FEAM somente foi acionada na segunda-feira, depois que a lama estava no Estado do Rio de Janeiro, e o mundo todo já sabia do grande desastre ambiental. Obrigado.

A Deputada Maria José Hauelsen - Agradecemos sua participação. Quando falamos em 2.400, esse número é aleatório, não queremos maximizá-lo. Porém, a informação que temos é que mais ou menos 100 barreiras de barragens ou diques são acompanhadas e vistoriadas pela FEAM. Segundo informação de um técnico - não sei se ele é da FEAM, mas está ligado à área do meio ambiente -, não há, na FEAM, pessoas em quantidade suficiente para acompanhar e fiscalizar as barragens. Para responder a essas questões, devemos analisar o papel de cada um dos diversos atores desse cenário e ver o que se fez, o que se faz e o que poderá ser feito para enfrentarmos os desafios ambientais de forma mais coerente e adequada aos ditames do desenvolvimento sustentável. As questões ambientais da atualidade, em especial os grandes desastres e impactos registrados no mundo contemporâneo, serviram para que se levantasse a bandeira de luta pelo meio ambiente, criando um marco de conscientização da sociedade para se pensar o agir humano quanto aos rumos do desenvolvimento econômico e ao emprego das tecnologias modernas na exploração de recursos naturais.

Dois importantes segmentos sociais, o governamental e a sociedade civil organizada, a partir de uma visão diferenciada e particularizada, desdobram-se para assumir posições diante dos problemas.

Veio a época do romantismo ecológico, das lutas pela valorização da natureza, por um lado e, em seqüência, a movimentação para institucionalização da questão ambiental e formação do arcabouço jurídico que possibilitasse a atuação do poder público.

Acrescentem-se a isso as práticas empresariais, industriais e econômicas de longa data, divorciadas dos princípios de proteção ao meio ambiente e da saúde, e teremos uma visão da arena em que se digladiaram e ainda se expõem os diversos interesses em jogo.

Não se conseguiu ainda a necessária e efetiva integração na atuação desses atores ou opositores, conforme o enfoque considerado, mas que deve, acima de tudo, respeitar o direito das gerações atuais e futuras a um meio ambiente equilibrado e a uma sadia qualidade de vida.

Nesse sentido, é com muita alegria que vemos as posições e os planos da Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, ontem expostos no Plenário desta Casa, que inserem a temática ambiental de forma transversal nas ações de Governo, em defesa da integração de todos os segmentos da administração pública, de maior diálogo com a sociedade e do uso sustentável dos recursos humanos e naturais.

Não poderia deixar de lembrar aqui algumas palavras da Senadora, atual Ministra Marina Silva, ditas no Palácio da Liberdade. Gostaria de falar para aqueles que não tiveram oportunidade de ouvi-la. Dizia que, ao ler a Bíblia, ficava meio encabulada com o versículo que dizia que lobos e cordeiros haveriam de estar unidos no futuro, que teriam o mesmo espaço e viveriam em paz. E a Sra. Marina Silva dizia que, naquela época, ao ler essa passagem, considerava-se incapaz de entender aquilo e até pensava que devia ser ingênua ou inocente, pois isso não entrava em sua cabeça. Hoje, entende perfeitamente, quando discute problemas do meio ambiente, a necessidade de haver maior entendimento entre os empresários, que querem lucro, e aqueles que se aproveitam do meio ambiente para viverem e que precisam dele em boas condições para continuarem seu trabalho.

Isso de fato deve ser revisto. Não é possível que alguns continuem querendo o lucro a qualquer custo e que outros morram e passem necessidade por causa da degradação causada por um trabalho que não respeita a biodiversidade nem o ambiente natural nem o homem.

Não posso deixar de aproveitar o momento para falar do que vi nessa semana no vale do Jequitinhonha. No encontro regional ocorrido em Itaobim, recebemos várias reclamações, de diversos setores, da tentativa de se implantar nessa região mais uma floresta de eucaliptos. E, para isso, algumas matas nativas estão sendo sacrificadas. Enquanto a Alemanha traz recursos para a conservação da mata atlântica, a ambição de alguns não respeita a mata nativa. Os nossos brasileiros querem derrubar a mata nativa para reflorestar com eucaliptos, o que lhes possibilitará um lucro imediato. É preciso que haja progresso. Queremos o trabalho deles, mas conjuntamente com progresso econômico sustentável para que os seus filhos e netos não se sintam prejudicados no futuro.

Outro assunto: exploração de granito. O vale do Jequitinhonha é rico em granito, mas sua exploração está causando um desastre ecológico naquela região.

Os blocos de granito são retirados e mandados para o Espírito Santo, onde as placas são feitas e cortadas, mas o beneficiamento final é feito na Itália. Para lá vão as verdadeiras riquezas e é feito o trabalho de valor agregado, enquanto aqueles que cortam granito padecem e passam fome, e os moradores que estão ao redor das pedreiras não têm onde plantar. As rochas estão ameaçadas e as pedras que rolam trazem perigo

para a região. Aceitar isso é insuportável.

Estamos encaminhando projeto para que as empresas, ao assumirem um trabalho, sejam obrigadas a assinar termo de compromisso responsabilizando-se pelo que fazem e por qualquer degradação que possa ocorrer. É uma espécie de caução, pois se falirem ou forem embora, o dinheiro preservado visará ao reparo.

Encaminhamos também à Senadora que esteve conosco, ontem, pedido dessa natureza. Graças a requerimento do Deputado Sebastião Navarro Vieira, iremos a Cataguases provavelmente na sexta-feira. O Deputado Biel Rocha e eu estamos pedindo audiência pública com os responsáveis pelo desastre e os que têm poder para impedir que outros aconteçam.

O Deputado Ivair Nogueira* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, profissionais da imprensa, senhoras e senhores, nunca é tarde para deixar bem clara a posição de determinado partido ou grupo político. Ainda mais quando se trata de oficializar, nesta tribuna, decisão conjunta tomada por bancada, no caso a do PMDB, da qual honrosamente sou Líder. Nosso partido está incluído na base de sustentação do Governo Estadual. Já atuamos afinados com a orientação do Líder Alberto Pinto Coelho, que, com muita competência, representa o Palácio da Liberdade nesta Casa. Mas é preciso tornar claros os motivos que fizeram do PMDB, adversário do Governador na campanha eleitoral, um dos partidos aliados do novo Governo na Assembléia.

Reunidos seguidas vezes para tratar de assuntos que interessam ao nosso partido e ao Estado, procuramos avaliar nossa posição diante do Governo da forma mais isenta possível. Não poderíamos agir com revanchismo, até porque não faz parte da história de Minas Gerais a política feita com preconceito ou rancor. A partir daí consideramos alguns pontos que torno a liberdade de expor. O Deputado Aécio Neves foi eleito Governador num pleito histórico, com a vitória garantida ainda no primeiro turno, fato inédito na vida eleitoral de Minas Gerais. Essa majoritária vontade do povo mineiro foi, portanto, levada em consideração quando passamos a avaliar outras questões fundamentais para se definir o posicionamento político da bancada.

Uma questão importante foi o convite que o Governador fez, pelo Secretário Danilo de Castro, para que nosso partido integrasse a base governista. Isso foi fundamental, porque a proposta trazida foi a de uma parceria voltada para a transformação política do Estado, reorganização administrativa da máquina estatal e postura firme com vistas à projeção de Minas Gerais no cenário político, econômico e social do Brasil.

Isso é muito importante, porque o PMDB, ao ser convidado para essa parceria, certamente teve reconhecido o seu papel histórico no processo de democratização do País. No caso particular de Minas, o nosso partido está instalado em todos os municípios, numa estrutura importante politicamente para quem ocupa o Palácio da Liberdade.

Além de respeitar a vontade das urnas e considerar fundamental o convite feito pelo Governador para assumir parceria num momento importante para a vida nacional, da qual nosso Estado certamente se faz presente, muito valeram para a nossa decisão o estilo, a trajetória e a história do mineiro Aécio Neves. Sem contar que teve sua origem política no PMDB e que, pelas mãos do saudoso Tancredo Neves, entrou para a política, trazendo na bagagem a habilidade política do avô e do pai, Aécio Cunha. O atual Governador construiu nos últimos anos uma carreira das mais respeitadas do País.

Com muita competência, o Deputado Federal Aécio Neves, desde o seu primeiro mandato na Câmara Federal, tornou-se uma das figuras mais influentes do Congresso Nacional, assumindo a liderança do PSDB, mas tendo ascendência também sobre parlamentares de outros partidos. Graças ao seu estilo conciliador, mas sempre firme na defesa da ética e da honestidade, Aécio Neves chegou à Presidência da Câmara dos Deputados com altivez, elevando o nome de Minas e realizando uma gestão inovadora nessa Casa Legislativa.

Tão logo ganhou a disputa pelo Governo, com um programa arrojado, Aécio Neves iniciou a transição, com o claro objetivo de realizar uma gestão dinâmica, voltada para as reais necessidades de nosso povo.

O Deputado Chico Simões (em aparte) - Deputado Ivair Nogueira, ouço atentamente seu pronunciamento, em que oficializa o apoio do seu partido ao Governador e, ao mesmo tempo, tece uma série de elogios, com os quais concordamos em parte. Queremos pedir não só a V. Exa., mas aos demais Deputados, que aproveite um pouco essas qualidades do nosso Governador, a fim de agirmos de forma mais positiva com relação à área da saúde, que é fundamental.

A situação está quase insustentável. Temos o SUS, que atende à sociedade em geral, e o IPSEMG, entidade do Estado, que deve aos prestadores de serviços os pagamentos relativos a uma parte de setembro e aos meses de outubro, novembro e dezembro. A rede hospitalar, que já recebe por uma tabela pequena, está entrando no sistema financeiro.

Hoje procurei a Presidente do IPSEMG, cuja resposta foi tão lacônica, que saí de lá sem enxergar luz no fim do túnel. Disse: "Não podemos agir ilegalmente, pagar aquilo que é ilegal, e não existe legalidade na dívida". No entanto, uma conta previamente autorizada e auditada, mas não paga, comprometerá o Governo, o sistema de saúde, porque o SUS diminuiu o teto e o paciente do IPSEMG também está sendo atendido nesses hospitais.

Portanto, peço ao Presidente que levemos esse problema ao Governador, a fim de que Minas não contribua para que os hospitais fechem e a situação do brasileiro piore. Muito obrigado.

O Deputado Ivair Nogueira* - Com certeza, Deputado Chico Simões. O Governador, como homem democrático e preocupado com a população, estará atento não só aos problemas da saúde, mas também a outras questões do Estado. Temos de dar um tempo ao Governador, da mesma forma que está procedendo o povo brasileiro com relação ao Presidente Lula, porque sabemos que não é fácil administrar, principalmente para quem está no Governo há 100 dias.

Logo depois de assumir o Palácio da Liberdade, o Governador começou a mostrar, na prática, que seu plano de governo não era mera peça de "marketing" eleitoral. A valorização dos costumes de Minas é uma das principais características desse novo Governo, e, nesse particular, o PMDB se sente orgulhoso de poder contribuir para o projeto do Governador Aécio Neves.

Esses foram, colegas Deputados, os motivos fundamentais para que tomássemos a decisão de integrar a base de sustentação do Governo nesta Casa. Agora, já no início do quarto mês de Governo, o PMDB não se arrepende da decisão, porque as ações do Governo até aqui são extremamente sintonizadas com a vontade do cidadão mineiro. Reduzir despesas num momento de crise, implementar ação planejada no âmbito da segurança pública e reorganizar o funcionamento do Estado são apenas exemplo de medidas que merecem aplauso e apoio. Até mesmo a boa-vontade em ajudar o Governo Federal naquilo que for de interesse do País é uma postura equilibrada do Governador de Minas nesse momento.

O fato que o PMDB faz questão de exaltar, como forma de atestar essa confiança, é a abertura do Palácio da Liberdade para os Prefeitos e as

lideranças mineiras. Não é possível que um Governador administre um verdadeiro país, como é o caso de Minas, sem receber, sem ouvir e sem discutir as coisas do interior. É no município que o cidadão enfrenta seus problemas. Ninguém mais indicado para transmitir ao Governador as necessidades do povo mineiro que os Prefeitos, que, diariamente, recebem as mais variadas demandas populares.

O Deputado Antônio Andrade (em aparte)* - Reunimo-nos várias vezes, antes de tomarmos a decisão de compor a base de Governo. E essa foi a posição de toda a bancada, por entender as dificuldades, não apoiando o Governador no primeiro momento, porque tínhamos candidatura própria. Esta é a hora de apoiar, corrigir os rumos e procurar os acertos em benefício do povo mineiro, da mesma forma como o Presidente Lula tem feito. O que não falta ao Governo de Minas e ao Governo Federal é a vontade de acertar. Muito obrigado.

O Deputado Ivair Nogueira - Concedo aparte ao Deputado Carlos Pimenta.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - O PMDB é um partido histórico, cujos membros possuem experiência parlamentar notável. Sua posição reforça e garante tranquilidade ao Governo do Estado, já que enfrentamos uma cruzada, atravessando momentos difíceis.

Em outra oportunidade, discutiremos essa questão da saúde. As coisas não são exatamente da forma como apresentadas aqui. É preciso que se volte ao passado para chegar à bagunça do presente. Certamente, este Governo não é o responsável pelos acontecimentos da área da saúde, principalmente no IPSEMG.

Cumprimentamos V. Exa. por sua posição. Estamos com a consciência tranqüila e preparados para fazer não apenas a defesa do Governador, mas de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Ivair Nogueira* - Municipalista por aptidão histórica, o PMDB faz questão de ressaltar aqui essa bela virtude do Governador Aécio Neves, que demonstra ao mesmo tempo humildade e maturidade. Porque, ao abrir as portas do Palácio da Liberdade para os Deputados, os Prefeitos e as lideranças de todo o Estado, nosso Governador está demonstrando ser maduro o suficiente para entender que ninguém pode governar sozinho ou ilhado no Palácio.

E essa qualidade do Governador Aécio Neves é ainda maior quando se nota que a sua prática não distingue as siglas partidárias, pois o Prefeito de Poços de Caldas, do PT, dias atrás, em Betim, fez rasgados elogios ao estilo de governar que hoje se nota no Palácio da Liberdade.

Essa era a mensagem, Sr. Presidente e colegas Deputadas e Deputados, que a Bancada do PMDB gostaria de trazer a esta tribuna, com o objetivo de registrar os motivos que levaram o nosso partido a confiar neste novo tempo vivido no Estado. Nossa independência política, é bom que fique bem claro, serve de referência para os atos da bancada e de cada um dos Deputados. Mas o compromisso com Minas e com o Brasil nos coloca hoje na condição de parceiros do Governador na difícil tarefa de construir um Estado mais justo e melhor para todos os mineiros.

Queremos deixar bem claro que nosso apoio ao Governador é com referência aos projetos e à Assembléia Legislativa. Não estamos fazendo nenhum acordo político futuro, e, neste momento, não só Minas precisa implantar as reformas necessárias, como o Brasil também precisa aprovar as reformas tributária, partidária, trabalhista e tantas outras. Apenas com o apoio da Assembléia e da Câmara dos Deputados ao Governador Aécio e ao Presidente Lula, conseguiremos isso. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Leonardo Quintão - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, membros da imprensa, público presente na galeria. Relatarei fato que está acontecendo na Região Metropolitana de Belo Horizonte: as dificuldades que os taxistas vêm passando. Há anos eles vêm reclamando de problemas de todos os tipos. Hoje são mais de 13 mil taxistas, incluindo os proprietários e auxiliares. Ontem foi aprovado, pela Comissão de Administração Pública em conjunto com a Comissão de Transporte, requerimento de minha autoria, que diz o seguinte: (- Lê:)

"O Deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 291 do Regimento Interno, seja realizada audiência pública, com a possível urgência, para tratar de assunto de interesse público relevante atinente à área de atuação da Comissão de Administração Pública, notadamente sobre descumprimento da Lei nº 8.666, de 1993, (Lei de Licitações) nas permissões concedidas pelo DER-MG aos taxistas da Região Metropolitana de Belo Horizonte, bem como sobre as implicações socioeconômicas dessas permissões, chamando para a discussão desse tema as autoridades arroladas em anexo". Passo a citar as autoridades: Presidente do SINCAVIR, Sr. Izais Pereira; Coordenador do PROCON, Dr. Bruno Burgarelli; Presidente da COOPERTRAMO Rádio-Táxi, Sr. Gilmar de Freitas Soares; representante do Ministério Público Estadual, Dr. Almir Alves Moreira; Presidente da Federação das Cooperativas de Transporte do Estado de Minas Gerais; Diretor do DER-MG, Sr. Renato César Nascimento Santana.

Esse requerimento foi elaborado em meu gabinete, a pedido da COOPERTRAMO, que expôs as dificuldades enfrentadas pelos táxis especiais na Grande BH.

O DER, por liminar, autorizou 87 táxis de Lagoa Santa a circularem na RMBH sem nenhuma licitação, gerando sérios problemas.

Em Belo Horizonte existe táxi especial há 21 anos, num total de 130. Agora, Lagoa Santa concede licença, por meio do DER, a outros 87. O interessante é que a cooperativa que gerencia os táxis especiais da RMBH chama-se COOPERTRAMO e a de Lagoa Santa, COOTRAMO - mera coincidência. Usam a mesma cor azul e o mesmo uniforme.

Ressalto os critérios de escolha dos taxistas especiais de Belo Horizonte e da RMBH, nos últimos 21 anos, num universo de aproximadamente 8 mil táxis: maior experiência, anos de carteira de habilitação; maior experiência na profissão, carteira de taxista; curso de línguas; prioridade de carros mais novos, com ar condicionado; prova de conhecimentos geográficos de Belo Horizonte, RMBH e cidades históricas, cujo índice de acerto exigido é de no mínimo 70%; e prontuário limpo perante DETRAN e BHTRANS.

Esses pré-requisitos não foram considerados para essa nova concessão. Precisamos, para qualquer concessão de transporte, respeitar a Lei nº 8.666, ou seja, licitar. Esse é o problema. Todos os táxis de Lagoa Santa estão circulando dentro de Belo Horizonte, sem critério, tirando emprego de muitos taxistas que há anos estão aqui, respeitando as leis municipais, estaduais e federais e o compromisso com nossa sociedade.

Na próxima terça-feira, teremos reunião conjunta das Comissões de Administração Pública e de Transporte para analisarmos esse fato grave.

No último dia 22, o Juiz da 5ª Vara da Fazenda Pública Municipal, Dr. Vagner Wilson Ferreira, determinou a realização de licitação para exploração dos serviços de táxi em Belo Horizonte e na Região Metropolitana. Serão concedidas 6 mil placas.

Hoje existem duas alas: proprietários das placas e auxiliares e donos de empresas e de táxis. Todos dentro da lei.

Existem distorções em ambas as partes. Cito o problema do Sr. Marcos Rodrigues, auxiliar, que paga R\$60,00 ao titular da licença e concorda com a licitação. Há pessoas que moram nos Estados Unidos e possuem licença de táxi em Belo Horizonte. Essas licenças devem ser concedidas para pessoas que trabalham, que necessitam delas, e não para proprietários de táxis que, por meio de laranjas, exploram os auxiliares.

Há ainda a distorção do lado dos auxiliares. Cito também outra, de que proprietários de placas de táxis, que não dependem de sua vivência, mas de sobrevivência, deixaram os seus negócios e se aposentaram. Hoje, certo taxista disse-me: "Leonardo, vendi meu sítio e comprei uma placa para trabalhar. Como fico agora?"

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Parabenizo-o, Deputado Leonardo Quintão, por trazer essa discussão a esta Casa. Ontem, por ocasião da apresentação de seu requerimento na Comissão de Administração Pública, fiz várias indagações a V. Exa. quanto à competência ou não desta Casa para discutir essa matéria. Sabemos do esforço de V. Exa. em defender legitimamente os taxistas.

Hoje, pela manhã, presenciamos a manifestação dos taxistas, que desaguou exatamente na Prefeitura Municipal, onde fomos recebidos pelo Chefe de Gabinete. Analiso a situação pelo mesmo ângulo de V. Exa., fazendo o mesmo raciocínio, porém considero outra face. Estamos com o caso "sub judice". Preocupa-me o desinteresse do município em prosseguir com essa ação, em decorrência da sentença do MM. Juiz, nessa circunstância, em favor dos taxistas.

Louvo a iniciativa de V. Exa. Além do mais, é preciso pleitear, junto a esta Casa e à nossa Comissão, a participação efetiva do município para que seja ajuizado o competente recurso, já que o prazo foi perdido. Nada adiantarão as discussões promovidas em audiência pública a requerimento de V. Exa. Preocupa-me saber se há ou não interesse do município, que deverá ser questionado e interpelado, para que haja a defesa dos taxistas, proprietários de cooperativas. Enfim, essa situação é realmente complexa, mas deveremos fortalecer, quanto ao procedimento judicial, o seu posicionamento junto à Procuradoria do município.

O Deputado Gil Pereira (em aparte)* - Faço coro às palavras do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, com quem estive, pela manhã, na Prefeitura. A todos os taxistas da RMBH afirmo com convicção que V. Exa. é Deputado atuante e interessado em resolver o grave problema que aflige o município. Ao se realizar a reunião das Comissões de Transporte e de Administração Pública, não tenho dúvidas de que pessoas serão chamadas para ajudar a resolver esse problema. Parabenizo V. Exa. pela luta e iniciativa, principalmente os Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Adalclever Lopes, e os demais Deputados pela presença na Prefeitura.

O Deputado Leonardo Quintão - Muito obrigado, Deputado Gil Pereira. Saliento a necessidade da Procuradoria do Município de Belo Horizonte. Fomos recebidos por representantes da Prefeitura, que nos certificaram de que olharão esse caso com carinho e entrarão com recurso a respeito dessa licitação. Agora, devemos abrir debate para que não haja distorção, para que pessoas não percam o seu ganha-pão nem continuem sendo exploradas. O Sr. Marcos Rodrigues disse que há até donos de licença de táxi que residem nos EUA e exploram os motoristas.

Quero ressaltar ainda o imediato auxílio da Polícia Militar, da BHTRANS, da TRANSCON e de todos os órgãos competentes das Prefeituras Municipais da Grande BH. Que possam fiscalizar também a questão dos "piolhos", pessoas que querem trabalhar fora da lei. Compram um veículo e começam a transportar passageiros, tirando o direito dos taxistas, que pagam seus impostos em dia e dependem da licença para trabalhar. Então, por meio deste requerimento e, junto com os Deputados Gil Pereira, Dalmo Ribeiro Silva, Adalclever Lopes e Domingos Sávio, lutaremos para que esse grave problema venha a ser solucionado. Não podemos mais protelar, senão teremos 14 mil pessoas desempregadas em Belo Horizonte, o que representa um exército que poderá estar em nossas portas pedindo emprego. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 1º/4/2003, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Alberto Bejani

exonerando, a partir de 7/4/2003, Armando Jésus de Rezende do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Gabinete do Deputado André Quintão

exonerando Gleber Naime de Paula Machado do cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas.

Gabinete do Deputado Durval Ângelo

exonerando Tarcizo Pedro Carlos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

nomeando Tarcizo Pedro Carlos para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas.

Gabinete da Deputada Jô Moraes

exonerando Hercília Levy do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão AL-19, 8 horas;

exonerando Kerison Arnóbio Lopes Santos do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão AL-27, 8 horas;

nomeando Celina Alves Padilha Arêas para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 4 horas;

nomeando Gilse Maria Westin Cosenza para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;

nomeando Hercília Levy para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 4 horas;

nomeando Kerison Arnóbio Lopes Santos para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas.

Gabinete do Deputado Luiz Fernando Faria

nomeando Andrezza Silva Vilela para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas.

Gabinete do Deputado Roberto Ramos

exonerando, a partir de 7/4/2003, Carlos Alexandre Geraime de Souza do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando Silvana Medeiros de Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

Ato da Presidência

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Mauro Lobo Martins Júnior, matrícula 5918-8, no período de 1º a 2/4/2003.

Mesa da Assembléia, 2 de abril de 2003.

Mauri Torres, Presidente.